



RELATÓRIO DE BRUXELAS

Corrupção afecta o dia-a-dia de 36% dos portugueses

Comissão Europeia diz que não há uma estratégia nacional de luta contra a corrupção e recorda que este crime custa à economia de todos os Estados-membros cerca de 120 mil milhões de euros por ano

Ana Rute Silva

A corrupção está generalizada, piorou nos últimos três anos e afecta o dia-a-dia de mais de um terço da população. O retrato traçado pelo Eurobarómetro baseia-se em percepções sobre o problema, mas mostra que a eficácia no combate a este crime está longe de convencer os portugueses. A Comissão Europeia também parece ter a mesma opinião. E ontem, no primeiro relatório que divulgou sobre anticorrupção na Europa, teceu duras críticas à situação nacional.

Apesar das iniciativas e novas leis, “não existe em Portugal uma estratégia nacional de luta em vigor contra a corrupção”, acusou Bruxelas, que incita o país a apresentar um registo de resultados comprovados dos processos judiciais. A comissão diz que o “exercício efectivo da acção penal nos casos de corrupção de alto nível continua a ser um desafio”. E cita dados da Procuradoria-Geral da República e do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) para justificar o diagnóstico: apenas 8,5% de um total de 838 casos investigados por corrupção entre 2004 e 2008 resultaram em decisões judiciais, que foram, por sua vez, conhecidas até 2010.

Neste período, apenas 6,9% mereceram uma condenação na primeira instância e a média de duração dos

processos variava entre 14 meses em 2007 e 12 meses em 2011. “Há exemplos de casos que envolvem suspeitas de alto nível de corrupção ou financiamento ilegal de partidos em que os procedimentos judiciais demoraram mais de seis anos”, lamenta Bruxelas. A Comissão Europeia defende que Portugal tem de preparar os tribunais, o Ministério Público e as “autoridades coercivas” para lidarem com estes casos.

Exemplos mediáticos não faltam. *Apito Dourado*, “Freeport”, “Submarinos”, “Taguspark” e *Face Oculta* são alguns dos casos de corrupção investigados pela Justiça portuguesa e apenas num deles, o primeiro, foi condenada a maioria dos suspeitos de corrupção, neste caso todos ligados ao futebol português.

Lento corre o processo dos submarinos. Há quase oito anos que o Ministério Público investiga as circunstâncias em que o Estado português comprou ao consórcio alemão GSC dois submarinos, mas o caso corre o risco de prescrever. Ainda em aberto está o desfecho do processo *Face Oculta*. Vai entrar nas alegações finais, estando prevista uma decisão do colectivo de juízes até ao Verão.

Na lista de recomendações que Bruxelas divulgou ontem está ainda a adopção de medidas preventivas contra as práticas de corrupção no financiamento dos partidos e a existência de códigos de conduta aplicáveis aos funcionários públicos eleitos. A Comissão sugere também

“que sejam realizados esforços suplementares para responder adequadamente aos conflitos de interesses e para divulgar o património dos funcionários a nível local”.

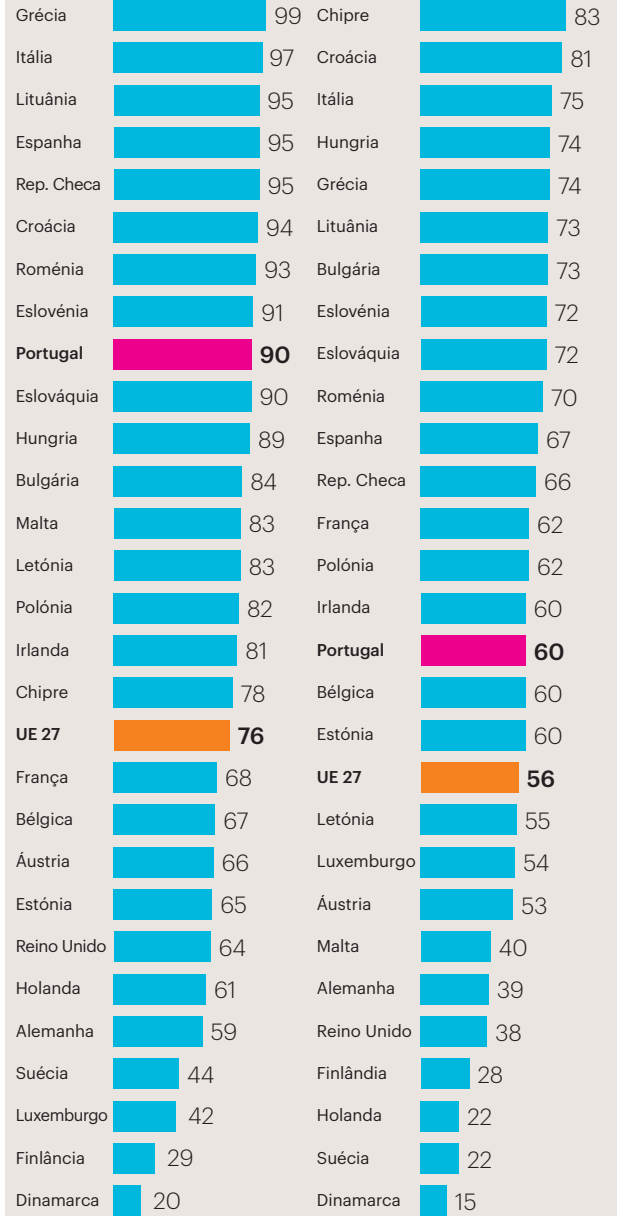
“A transparência e os mecanismos de controlo dos procedimentos de adjudicação de contratos públicos devem ser reforçados. Além disso, Portugal deve identificar os factores de risco de corrupção nas decisões de planeamento urbano local”, defende Bruxelas. Outra das questões levantadas no documento prende-se com a falta de mecanismos de protecção a quem denuncia más práticas, e a inexistência de leis que regulem a actividade de lobistas e o seu contacto com entidades oficiais.

Reagindo ao documento, a associação cívica TIAC - Transparência e Integridade diz que o problema do país são as “reformas para inglês ver que não trouxeram mais eficácia ao combate à corrupção”. “Portugal gosta de mudar leis e criar organismos em resposta a avaliações internacionais, mas na prática pouco muda. Infelizmente, as autoridades portuguesas são muito lentas no plano formal, mas muito ineficazes em termos de resultados”, diz a direcção da TIAC, em comunicado. Já o Conselho de Prevenção de Corrupção preferiu destacar as “referências positivas” do relatório a algumas das recomendações feitas por este organismo. Ainda assim, lamenta que não tenha tido uma participação “mais activa e atempada” no relatório, uma vez

Eurobarómetro sobre a corrupção na Europa

A corrupção é um problema totalmente generalizado no país % de inquiridos que concordam com a afirmação

Única forma de ter sucesso empresarial é com ligações políticas % de inquiridos que concordam com a afirmação



Fonte: Relatório Anticorrupção da Comissão Europeia 2014 e Eurobarómetro

que tem elementos que permitem caracterizar a corrupção”.

A julgar pelos dados do Eurobarómetro, citados no relatório, para 90% dos portugueses a corrupção é generalizada, uma das percentagens mais elevadas entre os 28 Estados-membros (ver infografia). Para 72%, o problema piorou nos últimos três anos. Mais de um terço dos inquiridos garantem que são afectados no seu dia-a-dia pela corrupção (26% na

UE). Mas quando questionados sobre as suas experiências directas, apenas 1% admite que lhes foi solicitado o pagamento de um suborno em 2013 (a média europeia é de 4%).

Na Europa, quatro em cada dez empresas consideram que este é um obstáculo à sua actividade empresarial, valor que sobe em Portugal: 68% dos inquiridos dizem que a corrupção é um “problema sério ou muito sério”. Quase 80% garantem que



Nos últimos 12 meses foi vítima ou presenciou casos de corrupção?
% que respondeu "não"

Portugal 94

Média UE 90

Subornar ou ser subornado e abusar do poder em benefício pessoal é prática comum em:
%

Partidos políticos

59

Políticos a nível nacional, regional ou local

59

Funcionários que adjudicam concursos públicos

41

Funcionários que emitem licenças de construção

43

Empresas privadas

35

Polícia, serviços alfandegários

43

Bancos e instituições financeiras

47

Tribunais

43

Subornos e contactos pessoais são formas mais fáceis de aceder a determinados serviços públicos
%

Portugal 79

Média UE 69

Os esforços do Governo para combater a corrupção são eficazes
%

Portugal 15

Média UE 23

PÚBLICO

subornos e o uso de contactos são, com frequência, formas mais fáceis de aceder a determinados serviços públicos (69% na Europa). Para 60%, a única forma de conseguir ter sucesso nos negócios é mesmo através de ligações políticas.

Pelas contas de Bruxelas, a corrupção custa à União Europeia cerca de 120 mil milhões de euros por ano e o problema está longe de se resolver (ver caixa). **com Mariana Oliveira**

Nenhum país a salvo

Nenhum país europeu está a salvo da corrupção e todos podem fazer mais para a combater, diz um relatório da Comissão Europeia. O relatório mostra uma diferença entre a experiência pessoal da corrupção e a percepção de que a corrupção é um problema no país. O Reino Unido é o Estado onde menos pessoas dizem ter-se encontrado numa situação em que é esperado que paguem um suborno (menos de 1%, o valor mais baixo de toda a UE), mas 64% dos inquiridos acham que a corrupção é um problema no país. No outro extremo, na Lituânia e na Roménia, 29% e 52% dos inquiridos disseram já ter sido esperado de si um pagamento de um suborno. Já o país que mais vê ter um problema de corrupção generalizado é a Grécia, onde 99% dos inquiridos o apontam.

Entre os países com mais recomendações de melhoria estão a Bulgária e a Roménia. Em Bucareste, foi preso o antigo primeiro-ministro Adrian Nastase, condenado a quatro anos de prisão por aceitar subornos. No ano passado, houve também a condenação, na Grécia, do antigo ministro da Defesa Akis Tsochatzopoulos, por lavagem de dinheiro em contratos de compra de equipamento militar. O relatório diz ainda que, apesar de questões específicas em cada país, há uma zona problemática comum: a atribuição de contratos públicos e a conduta de políticos. A Comissão aponta, por exemplo, à Alemanha o "fenómeno de porta giratória", em que responsáveis de cargos públicos vão para empresas que podem ter ajudado. Este é um debate no país, depois de Ronald Pofalla, ex-chefe de gabinete de Merkel, sair para a ferroviária Deutsche Bahn e de o ex-ministro Eckart von Klæden ter ido para a empresa de automóveis Daimler.

Maria João Guimarães

Greco detectou falhas na fiscalização do tráfico de influências

Nuno Sá Lourenço

Desde 2010 que o Estado português está a ser avaliado pelo Grupo de Estados Contra a Corrupção (Greco), uma organização do Conselho da Europa vocacionada para a monitorização da aplicação de normas anticorrupção no continente.

Na terceira ronda de avaliações, o processo chegou a correr mal, com o Greco a classificar, em Dezembro de 2012, como "globalmente não-satisfatório" o "baixo nível de aplicação das recomendações" feitas ao Estado português durante o processo. A situação só foi revertida em Outubro de 2013, aquando da quarta fase de avaliação, quando o Greco contabilizou metade das recomendações como aplicadas e outras parcialmente acolhidas. Caso a situação não tivesse sido corrigida, Portugal teria passado por um processo em que a organização avançaria com uma "declaração pública", denunciando a "não-observância" dos princípios a que o

país está obrigado pela assinatura da Convenção Anticorrupção.

De acordo com os relatórios produzidos ao longo dos últimos anos, foi possível documentar que o braço-de-ferro se centrou no tráfico de influências. Logo em 2010, depois do processo de avaliação ao país, fez-se um conjunto de recomendações. Entre estas estava a equiparação para o sector privado "do período de prescrição da figura do tráfico de



Organização defendeu mais recursos para o Tribunal Constitucional e Entidade das Contas

influências" aplicado ao sector público, a "criminalização do tráfico de influências activo e passivo no que diz respeito a funcionários estrangeiros/internacionais", o "reforço das sanções criminais para o tráfico de influências e para o suborno no sector privado, de forma a garantir

sanções efectivas, proporcionais e dissuasivas". Mas também a extensão de medidas sancionatórias para o suborno de responsáveis estrangeiros, a revisão do perdão concedido a corruptos arrependidos e o "reforço de meios para que o Tribunal Constitucional e a Entidade das Contas para o Financiamento Partidário possam levar a cabo as suas missões de uma forma célere e eficiente".

Em Dezembro de 2012, o Greco dava conta de que Portugal implementara "satisfatoriamente apenas uma das 13 recomendações constantes do Relatório de Avaliação". E classifica o esforço português como "globalmente não-satisfatório". Só em Outubro de 2013 a organização reviu a classificação por ver "parcialmente implementadas" as recomendações relacionadas com o tráfico de influências e suborno de responsáveis estrangeiros. Mas dava um prazo ao Estado português - até 31 de Julho deste ano - para "fornecer um relatório sobre as acções levadas a cabo para aplicar" as recomendações apenas parcialmente adoptadas.

Por todos e todos os dias



Opinião
Guilherme d'Oliveira Martins

É importante que o tema do combate contra a corrupção seja devidamente ponderado em três domínios: a prevenção, a investigação criminal e o aperfeiçoamento da legislação. Registamos as referências positivas a ações de prevenção como as recomendações relativas aos planos de prevenção de riscos de corrupção e aos conflitos de interesses. Precisamos de leis claras, simples e acessíveis - que permitam a produção de prova nos

casos de infração, de modo a que haja consequências em termos de responsabilidade.

A corrupção é um fenómeno complexo que começa num pequeno favor e que se transforma facilmente num crime. Os cidadãos devem, por isso, empenhar-se em prevenir e em denunciar as práticas que se traduzam em favores ilegítimos e em corrupção. Não podemos, por isso, deixar de criar uma estratégia eficaz que permita o combate a este flagelo.

Os últimos anos têm conhecido em Portugal uma melhor cooperação entre a prevenção e a investigação - o que obriga, agora, a redobrar esforços no sentido de combater a impunidade e de consagrar instrumentos eficazes de dissuasão que impeçam a difusão do fenómeno.

O relatório evidencia sinais

de percepção que devem ser analisados com especial cuidado, uma vez que denotam um empenhamento insuficiente dos cidadãos no combate ao fenómeno, nos domínios da vida quotidiana.

Sem a cooperação ativa de todos, a corrupção continuará a ser vista como algo distante e inatingível, o que favorecerá a sua continuação. A prevenção da corrupção faz-se por todos e todos os dias. A lição fundamental na União Europeia obriga a que haja mais cooperação entre os Estados-membros e que haja medidas concretas que contrariem os efeitos muito negativos de existência de paraísos fiscais onde a corrupção se desenvolve sem controlo.

Presidente do Conselho de Prevenção da Corrupção

Corrupção afecta o dia-a-dia de 36% dos portugueses

Relatório da Comissão
Europeia diz que não há
uma estratégia nacional de
luta contra a corrupção **p2/3**